



SEÇÃO: EDITORIAL

Desafios à formação e à pesquisa em Serviço Social em tempos de obscurantismo: um debate em comemoração aos 15 anos do Curso de Serviço Social da UNIPAMPA

Challenges to training and research in Social Work in times of obscurantism: a debate celebrating the 15th anniversary of the Social Work Course at UNIPAMPA

Jane Cruz Prates¹

orcid.org/0000-0003-0539-3600
jprates@pucrs.br

Recebido em: 15 nov. 2021.**Aprovado em:** 15 nov. 2021.**Publicado em:** 29 dez. 2021.

O presente artigo é fruto de aula magna realizada em novembro do corrente ano, na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, cujo curso de Serviço Social, o primeiro curso público da área no estado do Rio Grande do Sul, em 2021, completou 15 anos. Muitos de seus professores são egressos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS da PUCRS e muitos egressos da UNIPAMPA realizaram e têm vindo realizar seus mestrados e doutorados na PUCRS. A parceria entre nós tem sido profícua e duradoura. Realizamos a primeira aula magna do curso de Serviço Social e posteriormente a aula magna em comemoração aos seus 10 anos de existência. Neste ano, de modo remoto, realizamos a aula que marca os 15 anos de sucesso dessa Unidade de Ensino que muito orgulha aos gaúchos e gaúchas. Neste ano de 2021, celebramos também os 50 anos do Programa de Estudos Pós-Graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, o primeiro doutorado na área do Serviço Social da América Latina, uma referência fundamental para todos e todas nós, assistentes sociais, no Brasil e na América Latina e cujas parcerias com o PPGSS da PUCRS têm sido decisivas para nosso aprimoramento e consolidação como programa de excelência.

Abrimos, portanto, a revista *Textos & Contextos* (Porto Alegre) deste ano, agora em fluxo contínuo, homenageando docentes, discentes e egressos dessas duas unidades de ensino tão importantes que marcam a história do Rio Grande do Sul e do Brasil na área do Serviço Social.

Apesar das profundas adversidades do tempo presente, quando no Brasil amargamos a perda de mais de 610 mil mortos pela pandemia do COVID-19 e vivemos um momento dramático de obscurantismo, precisamos celebrar a existência e a contribuição significativa desses espaços tão importantes de formação, pesquisa e de produção do conhecimento, portanto, de resistência.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Para iniciar o debate ressaltamos a importância do conhecimento e advertimos que a modernidade rompe com os dogmas, as crenças que mantinham o ser social preso "sob ameaças e demônios" e passa a ter o ser humano como centro. Nessa direção utiliza o conhecimento como forma de objetivar o seu mundo, sem a influência mais proeminente dos credos. É um período, portanto, onde o conhecimento se desenvolve de forma acelerada e com a necessidade crescente de apropriação do conhecimento produzido pelo homem surgem a escola e a universidade.

A escola vem corresponder aos anseios da sociedade das pessoas serem "educadas de forma permanente"; nasce vinculada ao sistema capitalista que é por essência expansivo e tem muitas demandas. Por um lado, a escola tem papel emancipatório, pautado na produção e universalização do saber, mas por outro, faz a seleção e legitimação intrínseca ao sistema de produção (PRATES, 1995).

Da mesma forma como a lógica do capitalismo se pauta em relações sociais contraditórias, a escola e a educação convivem com a contradição entre a emancipação e a dominação, ou entre processos sociais emancipatórios e subalternizados, entre *mascamamento/desmascamamento* da relação existente entre as classes sociais, como bem destaca Cury (1986). Estamos aqui falando de processos de alienação (mascamamento) e desalienação (desmascamamentos).

Mas o que irá condicionar fundamentalmente a finalidade de "mascamamento e desmascamamento" da educação e da escola é o projeto político que ela traz como pano de fundo. E esse projeto político se materializa através das instituições pedagógicas, articuladas ao papel desempenhado pelo Estado, em cada momento histórico, na tentativa de reproduzir a ideologia dominante que serve ao capital, porém atravessadas por estratégias de resistência, ou contra-hegemônicas que aparecem nos movimentos estudantis, na resistência de intelectuais e professores, nos produtos de pesquisas críticas mostrando que, longe de ser um processo mecânico, o movimento hegemônico é contraditório e dialético.

A histórica da evolução da universidade no Brasil, em conexão com as necessidades de organização e expansão do capital, mostra como esses projetos políticos se articularam para se consolidar através do controle da produção do conhecimento e da educação. O ensino superior, no Brasil, em relação aos demais países da América Latina, de colonização espanhola, ocorre 300 anos depois e incorpora tanto aspectos da política educacional napoleônica, que fragmentava a universidade em instituições de ensino profissional, voltando-se exclusivamente para este fim, fundamentada no "positivismo difuso da burguesia francesa"; como aspectos da concepção desenvolvida por filósofos do idealismo alemão, que se baseava na realização do ensino superior a partir da universidade.

As reformas e contrarreformas que a educação e, em particular, o ensino superior no Brasil sofreram ao longo da história foram sempre verticalistas, sem a participação efetiva do conjunto dos agentes e atendendo a interesses particularistas e não ao interesse do conjunto da população (PRATES, 2020).

Sem dúvida a educação, e especialmente a universidade, pelo que ela significa em termos de produção de conhecimentos, espaço de politização, questionamento e crítica não poderia deixar de ser reprimida, controlada, espionada, manipulada para que expressasse a ideologia hegemônica. E as consequências marcam a universidade e as ciências, de forma significativa, até os dias de hoje.

A influência do positivismo e de sua pseudo-neutralidade, ainda coloca em posição caudatária as questões políticas, as relações de poder e as questões éticas e estéticas, restringindo sua análise às áreas humanas, como se toda a ciência não sofresse suas influências e condicionamentos, como se a formação pudesse prescindir do ético e do estético, e aqui me refiro ao ético como valores e compromissos assumidos e o estético como o desenvolvimento dos sentidos e da sensibilidade.

Hoje, no Brasil, vivemos uma conjuntura completamente adversa, dramática e sem preceden-

tes, e em um país como o nosso, de amplitude continental e de profundas desigualdades históricas, as crises econômica, política e sanitária ampliam essas mazelas, precarizam ainda mais o trabalho, o ensino e a vida, desmontam políticas estruturantes e violam direitos, sem qualquer constrangimento, de forma naturalizada impondo austeridade sob o discurso de ser necessária ao desenvolvimento econômico, mas o verdadeiro desenvolvimento econômico, pressupõe o desenvolvimento social. No caso brasileiro em particular, um governo fundamentalista, de ultradireita, assumidamente conservador, que se contrapõe à ciência e à liberdade de pensamento, que nega os avanços civilizatórios conquistados a duras penas pelos trabalhadores faz com que o desafio de encontrar alternativas de resistência seja imprescindível para nossa sobrevivência civilizatória.

Mas é preciso que não esqueçamos que as crises são da natureza do modo de produção capitalista e Marx (2011), em *Grundrisse*, afirma que cada nova crise significa a retirada de direitos dos trabalhadores para baratear a mercadoria força de trabalho e resolver a cíclica queda do lucro do capitalista.

No que concerne à educação superior vivemos um momento ímpar de desgaste, de sobretrabalho, de instabilidade e ameaças, em relação a nossa área, em particular. As ameaças ocorrem não só por sermos uma profissão e área de conhecimento que reconhece a luta de classes, cujo projeto ético político se contrapõe frontalmente à lógica neoliberal associada ao fundamentalismo, que caracteriza o atual governo, mas também por compormos as áreas humano-sociais, por ele desvalorizadas, pelas defesas que fazemos de uma ciência pautada no pensamento crítico, no reconhecimento da diversidade humana, da necessidade de políticas públicas universais e de qualidade, entre as quais a saúde e a educação, reconhecidamente estruturantes. Falo de saúde em sentido ampliado que o requer condições dignas de vida, de um ensino público, gratuito e de qualidade, além da necessária ampliação de espaços de participação coletiva, das instâncias democráticas e dos direitos humanos, ou seja, na

contramão de tudo o que nos tem sido imposto pelo atual governo.

Entre 2019 e 2020 a educação sofreu uma perda de 19,8 bilhões. Em 2021 os recursos orçados para a Educação somam mais um corte de mais 4,5 bilhões. Então tivemos uma perda de 24,3 bilhões nos últimos 2 anos, em meio a uma pandemia (BRASIL, 2021).

O corte no custeio para manutenção de universidades públicas também tem sido vergonhoso desde 2018, além de manifestações sistemáticas do governo no sentido de desvalorizá-las e ameaçar a sua organização democrática e os direitos dos servidores públicos. Conforme a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) em 2021, o corte de 18% no orçamento das 69 universidades federais que existem no Brasil terá impacto negativo em cerca de 70 mil pesquisas (OLIVEIRA, 2021).

Em um período tão conturbado, pela crise econômica, pelo desemprego, pela pandemia que impôs tantas perdas, são mais de 610 mil pessoas mortas, sem contar as subnotificações, quase 22 milhões de contaminados e um número ainda não contabilizado de pessoas com sequelas importantes em função do contágio, onde se inclui o sofrimento psíquico, de contaminados e não contaminados e que exigem cuidados advindos do Sistema Único de Saúde (SUS). Recentemente ouvimos na TV o depoimento de um professor que, sem qualquer comorbidade anterior, contraiu a COVID-19 e como sequela teve de fazer um transplante de coração, só para exemplificar o significado dramático dessas repercussões.

O primeiro desafio para nossas pesquisas e a produção de conhecimentos na área do Serviço Social é desvendar esses processos, desnaturalizá-los, problematizá-los à luz da totalidade, ou seja, articulando suas múltiplas determinações históricas, políticas, econômicas, sociais, culturais. Não há como produzir conhecimentos a partir da pesquisa, sem contextualizá-la, porque nenhuma temática, seja ela qual for, pode ser explicada se não na relação com a conjuntura histórica que a condiciona. Nosso primeiro movimento, como pesquisadores críticos é, portanto, fazer a análise

da conjuntura onde nos inserimos, que apresenta aspectos universais, singulares e particulares. É fundamental identificar o que é essencial nesses processos e como se relacionam com os temas que investigamos. As análises fragmentadas podem auxiliar em uma etapa de aprofundamento de alguns aspectos, mas se não garantimos o movimento de volta e sua interconexão com outros elementos que conformam a totalidade, essa análise, perde substância política e densidade teórica para fundamentar nossas propostas e intervenções.

Uma investigação pautada no pensamento crítico, cujas bases se fundamentam na teoria marxiana e marxista, admite que o real é contraditório, significa dizer que reconhece a convivência em luta e em disputa de processos antagônicos, somos contraditórios, os processos sociais também o são, as políticas sociais da mesma forma são atravessadas por movimentos conformadores e por possibilidades emancipatórias, ou melhor dito, constituem-se em espaços que possibilitam processos sociais emancipatórios, ou seja aqueles que favorecem o processo pedagógico de participação, de ampliação de consciência, de mobilização, de capacitação em e no processo, de apropriação sobre dados, fatos e posições, de transformações, mesmo que singelas ou parciais, mas com direção social. Esses processos se contrapõem aqueles a que chamamos de subalternizadores, que se caracterizam por subjugar, desvalorizar, destituir, invisibilizar particularidades, diversidades e potências de sujeitos, grupos e sociedades (PRATES, 2019). Os processos sociais subalternizadores criam dependência, conformam, criminalizam, discriminam, estigmatizam, muitas vezes sob um discurso moralizador, e não se restringem aos obscurantistas, muitas vezes são reproduzidos em espaços que deveriam garantir direitos, parcerias, solidariedade de classe, solidariedade entre grupos e entre países. A questão social é fruto da contradição, entre capital e trabalho, no modo de produção capitalismo que traz como refrações a contradição entre desigualdades e resistências. É da natureza do capital produzir pobreza, para

garantir a concentração e a concorrência, dois processos essenciais ao seu crescimento. Tanto capital como trabalho são aqui reconhecidos como relações sociais, de dominação, de opressão, de exploração, de ideologização, de captura de subjetividades, por um lado, de humanização, de resistência, desalienação por outro. Mas, no que concerne ao trabalho, seu duplo caráter de alienação, adoecimento, concorrência, abstração, produção do mais valor, na sociedade burguesa, precisa ser desocultado.

Nossas pesquisas precisam desvendar esses processos, que se materializam no cotidiano de modos diversos, gerando desigualdades, mas que são nutridos por uma ideologia e por processos de alienação e estranhamento a ela associados de caráter universal, mesmo que tenham particularidades que decorrem de conjunturas específicas e da condição de países dependentes e periféricos, como o Brasil.

Vejam bem, estamos novamente ressaltando aspectos da particularidade cotidiana e da universalidade. Desvendar a opressão de gênero, de raça e etnia, de geração passa por reconhecer as raízes históricas desses processos. Logo a pesquisa crítica, além das contradições reconhece a processualidade histórica como um importante condicionante do real a ser desvendado pela análise dialética, mas que é passível de mudança, exatamente por ser histórico, portanto finito, em curso de constituição, negação e superação, o que também precisa ser ressaltado no processo de análise.

A pesquisa crítica se vale da história para desocultar os movimentos constitutivos que fizeram sermos a sociedade que somos, a profissão que somos, termos o Estado que temos, o desgoverno que temos, contabilizarmos mais de 610 mil mortos pela pandemia e pelo descaso do governo brasileiro. Mas a reconstituição da história como categoria investigativa, na perspectiva crítica, não se limita a descrição fria de vultos e datas, ou mesmo de índices e expressões descontextualizadas, mas se pauta por fatos significativos interconectados e busca em documentos e na oralidade a presença daqueles, que embora tenham protagonizado a história, são invisibilizados.

Mais uma vez a pesquisa crítica quer trazer à tona aquilo que está oculto, submerso exatamente como parte da estratégia de manutenção da ideologia. Aqui estamos tratando do que Netto (2011) chama de articulação entre a estrutura e a dinâmica do fenômeno, ao explicitar o movimento do método marxiano de investigação.

Quando Lefebvre (1991), referindo-se ao movimento metodológico utilizado por Marx, o caracteriza como um movimento de *detour* (ida e volta) ressalta na verdade que se parte da estrutura presente, como ela se apresenta e depois se volta ao passado para buscar a gênese, mas no caminho de volta, identifica-se os saltos e as transições, que vão se resignificando nesse processo e aquele início aparentemente simples ou inexplicável passa a fazer sentido para a razão. Também diz Lefebvre que o entendimento precisa separar e a razão tornar a unir sistematicamente. Vejam como as categorias se misturam e se complementam necessariamente, por isso precisam ser interconectadas pela análise dialética. As categorias emanam do real e as utilizamos no movimento de retorno ao real para buscar explicá-lo.

Falamos de historicidade, de contradição e de totalidade como movimentos investigativos de uma pesquisa que se queira crítica. Mas esses elementos são articulados pela mediação, possibilitando a conexão entre o que conforma a totalidade, entre a universalidade e a particularidade, entre os momentos que se somam (quantidades temporais consecutivas) e os saltos (mudanças na qualidade), na relação necessária entre objetividade e subjetividade, entre a materialidade concreta e a teoria que busca explicá-la e qualificá-la, entre o humano e o inumano, de início a ele misturado para posteriormente se sobrepor a ele, pela superação dialética.

É preciso explicar a realidade para poder transformá-la, porque não se transforma aquilo que se desconhece ou que se conhece apenas na aparência. E isso só se consegue com pesquisa radical. A aparência é parte da coisa, mas não é toda a coisa. A casca da maçã é parte da maçã, mas só observar a cor e a textura da casca não é suficiente para conhecer a maçã, embora a

casca seja parte dela. Só observar as orientações técnicas de uma política, não significa conhecer sua conformação e suas contradições. Uma formação crítica exige conhecimento e mediações mais profundas. Nosso projeto ético-político pressupõe que nossa crítica possa contribuir com o aprimoramento das políticas públicas, do acesso a bens e serviços socialmente produzidos para atender necessidades do estômago e da fantasia, como dizia Marx (1989).

A apropriação de teoria e do método, portanto, é fundamental à pesquisa. Precisamos nos apropriar de técnicas, de instrumentos, de procedimentos, de estratégias para buscar dados, correlacioná-los, analisá-los, mediá-los, mas esses processos só ganham densidade se tratados à luz de teorias e de um método radical, que vá a gênese dos processos e que dê direção à pesquisa. Portanto a pesquisa dialética se vale de qualquer técnica e valoriza tanto quantidades como qualidades, valoriza não só resultados, mas também o processo que instiga a reflexão crítica de investigadores e investigados.

Por exemplo, quando se realiza coletas coletivas os sujeitos debatem alguns temas e ampliam seu conhecimento acerca do que está sendo problematizado, são instigados a realizar trocas, a refletir sobre seus espaços, sobre como realizam seu trabalho, sobre suas condições de trabalho. Premidos pelo sobretrabalho e pela ausência de espaços para organizar-se e refletir, esses processos são momentos muitas vezes ímpares.

Em tempos de obscurantismo, quando a ciência é negada, a base que lhe dá sustentação, ou seja, a pesquisa, é desvalorizada, desfinanciada, inibida, desacreditada. Se a pesquisa de um modo geral é rechaçada que dirá a pesquisa crítica realizada pelas ciências humanas e sociais. A universidade pública no Brasil é responsável por mais de 95% das pesquisas em todas as áreas do conhecimento nesse país, mostra um estudo da Universidade Estadual Paulista (UNESP) (MOURA, 2019), logo os ataques à universidade pública e ao serviços público são parte desse projeto obscurantista de desmonte da produção do conhecimento e da formação de seres pensantes.

O serviço social, uma área ainda muito jovem,

se comparada a outras milenares e que se assume como profissão, portanto, ontologicamente vinculada ao trabalho, categoria central ao pensamento marxiano. Mas o serviço social é também área de conhecimento, embora reconhecida como tal, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), somente em 2005, portanto há apenas 16 anos. Uma área que não se considera ciência, contudo produz conhecimento científico e que construiu coletivamente, ao longo de sua história, um projeto ético-político fundamentado na tradição marxiana, que lhe dá direção. Por tudo isso, sofre de modo mais contundente os ataques obscurantistas e as determinações das transformações aceleradas no mundo trabalho que precarizam, sobremaneira, suas condições e relações.

A pesquisa conforme as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (1996), assim como a ética são transversais à formação e ao trabalho de assistentes sociais, porque não separamos formação de trabalho, na medida em que formamos para o trabalho no âmbito da graduação. As refrações da questão social, nosso objeto de trabalho, são o eixo articulador. Significa dizer que em todas as disciplinas e demais espaços de formação a relação com as refrações da questão social precisam ser explicitadas e articuladas, ou seja, explicadas na relação com o eixo articulador, o objeto do trabalho.

Por que é importante conhecer a história desse país para explicar as refrações da questão social? Em que auxilia a buscar estratégias de enfrentamento às refrações da questão social o estudo do planejamento, a mediação teórico-prática, os estudos sobre políticas sociais?

O debate das políticas sociais realizado de modo interconectado ao eixo articulador – refrações da questão social – toma outra proporção, na medida em que, a própria política é problematizada à luz da contradição que a conforma e somos desafiados a pensa-la no âmbito das resistências, priorizando seu caráter transformador, sobre o conformador, reconhecendo contudo a presença de elementos conformadores

e das armadilhas do gerencialismo e do proceduralismo, para poder superá-los, mesmo nos limites do trabalho assalariado, não restringindo nosso trabalho a reprodução do já produzido. Ao executarmos as políticas, qualquer que seja o âmbito dessa intervenção, do atendimento direto à gestão, precisamos movimentar uma cadeia de mediações que seja iluminada pelos valores e compromissos direcionados por nosso projeto ético político e pelos fundamentos do serviço social, que articulam história, teoria e método, fornecendo uma matriz explicativa essencial para análise e intervenção na realidade, à luz da totalidade. O adensamento do debate acerca da questão social e suas refrações e dos fundamentos do Serviço Social compõem, portanto, parte essencial de nosso instrumental de trabalho, no sentido marxiano do termo, ou seja, tudo aquilo que o trabalhador utiliza para realizar o seu trabalho, os meios de trabalho (MARX, 1989), onde se incluem instrumentos, estratégias e teorias, articuladas e movimentadas pelas mediações. Quanto mais amplas nossas cadeias de mediações, conformadas por aprendizagens e experiências acumuladas e pela capacidade de explicitá-las e movimentá-las, na relação, mais possibilidades de realizar um trabalho consistente e efetivo. É o que Reinaldo Pontes (1995) chama de mediações ontológicas e reflexivas e Martinelli (1993) chama de instâncias de passagens, elos de articulação. E aqui ressaltamos o uso das múltiplas linguagens é uma estratégia fundamental, como o uso da arte, de fontes icônicas, das redes sociais, da oralidade, mas não só dela, pois o corpo também se expressa. Precisamos, portanto, educar não só a razão, mas também os sentidos.

A transversalidade da pesquisa e da ética, por sua vez, precisam ser garantidas em todas as disciplinas e demais espaços formativos, mediadas como exercícios para a construção de conceitos, observações de processos, construção e qualificação dos produtos do trabalho, planos, projetos, artigos, avaliações. Como podemos ter produtos de qualidade se não perpassados pela pesquisa e pela ética, que lhes aportam dados

concretos e valores, essenciais à construção de argumentos sólidos?

Os grupos e núcleos de pesquisa e a iniciação científica, nesse sentido, são espaços por excelência para o aprofundamento desses processos, para a identificação de fontes diversas, para o exercício da coleta de dados, do tratamento de dados, para a leitura de gráficos, tabelas, descrições, documentos, articulada às teorias explicativas, o exercício do trabalho e da produção coletiva, da realização de sínteses e totalizações, para a criação do que chamamos de *habitus* científico (PRATES, 2012).

Na graduação não formamos pesquisadores, mas profissionais com habilidade investigativa e isso é muito importante, já na pós-graduação *stricto sensu* temos a finalidade de formar professores pesquisadores, mas a pesquisa é parte fundamental do instrumental de trabalho, em qualquer área ou espaço sócio-ocupacional onde nos inserimos para participar de processos de trabalho, afinal para realizarmos nosso trabalho profissional precisamos pautar processos analítico-interventivos pela articulação com os fundamentos da profissão, com a investigação sobre a realidade e com procedimentos e posturas éticas. É isso que caracteriza o trabalho profissional e o diferencia de um trabalho leigo (PRATES, 2017).

Paulo Freire (1981) já dizia que não há como educar sem pesquisar, o processo de ensino-aprendizagem pressupõe o questionamento sistemático do real, via pesquisa e a pesquisa, por sua vez pressupõe processos pedagógicos.

Nossa área vem pesquisando sobre muitos temas de extrema relevância, e o produto dessas pesquisas tem subsidiado nosso trabalho e alçado essa área a outro patamar de reconhecimento pela sociedade. Os estudos de Closs (2015) mostram que nos artigos dos principais periódicos da área 42,9% dos temas centrais versam sobre trabalho e serviço social. A centralidade do trabalho que integra a questão social é reiterado pela nossa produção.

Durante o último ENTIS (Encontro Nacional de Trabalho Interdisciplinar e Saúde), realizado em

novembro de 2021, portanto, seis anos depois dos achados de Closs (2015), a professora Maria Isabel Bellini, em uma das mesas de debates apresentou uma síntese atual do que a área vem produzindo em tempos de austeridade e pandemia e novamente as pesquisas relacionadas ao trabalho concentravam quase a metade das temáticas investigadas e publicadas nos principais periódicos da área.

Mas retornando ao desafio inicial de nossas reflexões, questionamos, afinal, quais são os desafios da pesquisa em tempos de obscurantismo? Podemos afirmar que se contrapor a ele, desvendando o que ele mascara e sua gravidade, é um importante desafio. Garantir a manutenção da transversalidade da pesquisa na formação profissional, dada a sua relevância, num contexto onde é cada vez mais precarizada e desvalorizada, é outro desafio. Dar visibilidade aos processos e resultados de nossos estudos, publicizá-los com nossos pares e com a sociedade é, sem dúvida, um desafio fundamental a ser enfrentado coletivamente por nós. A luta pela manutenção da universidade pública, do respeito e preservação das condições de trabalho do servidor público e a disputa pelo fundo público são também parte desse enorme desafio.

O desmonte da coisa pública interessa aos obscurantistas, descompromissados com o enfrentamento às desigualdades, precisamos mostrar com nossos estudos e pesquisas a profunda nocividade de suas práticas aos interesses genuínos da sociedade. Na mesma direção, precisamos desvendar, com base em dados e argumentos fundamentados em teoria, o impacto de suas atrocidades sem precedentes para o desenvolvimento do país, e no contraponto a importância do que já conquistamos como sociedade, apesar dos limites impostos pelas políticas neoliberais e pelo estado burguês. Precisamos fazer a defesa intransigente do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), do trabalho realizado nas prefeituras, no estado, na união, junto aos movimentos sociais e no conjunto das políticas públicas. É preciso mostrar a necessidade de

segurança alimentar para uma população que está morrendo de fome, assim como o conjunto de seguranças que garantam o atendimento de necessidades humanas em patamares dignos. Esse processo passa pela desnaturalização da precarização avassaladora do trabalho, que nos adoce cotidianamente, temos de retomar o debate sobre redução de jornada de trabalho, distribuição social do emprego, problematizar o trabalho remoto, a plataformização do trabalho, a *internet* das coisas. Precisamos analisar o impacto desses novos processos na saúde do trabalhador, discutir desproteção social e tudo o que isso significa e pode ainda impactar em nossas vidas. É essencial debater as múltiplas violências, a violência e o racismo estrutural, a agressão aos direitos humanos e a interdição à livre expressão da diversidade humana.

É do mesmo modo fundamental mostrarmos com nossos estudos e demais produtos do trabalho, a nocividade da cultura do ódio, a gravidade das *fake news*, que prestam desserviços à sociedade e contrapor a elas o direito à informação e ao acesso. Ressaltar a importância da organização da classe trabalhadora, dos espaços de participação popular, dos conselhos, das conferências, das organizações por categorias e por ramos de atividades, assim como problematizar alternativas de organização de trabalhadores e trabalhadoras informais é muito importante. Por fim, dar visibilidade ao esgotamento do modo de produção capitalista que ameaça a manutenção da vida e do planeta e a necessidade urgente de viabilizar o inédito, para utilizar uma expressão de Freire, e construir uma nova sociabilidade onde se possa esperar e construir um ser social de novo tipo, racional sim, mas também ético e estético, consciente de seu compromisso humano-genérico.

Por fim, desejando vida longa a Universidade Federal do Pampa, e ao curso de Serviço Social, em particular, que pulsa, no auge de seus 15 anos, mostrando muito vigor e excelentes frutos, finalizamos o debate.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Proposta básica para o projeto de formação profissional. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 1, n. 50, p. 15-57, abril 1996.

BRASIL. *Orçamento Geral da União*. Portal da transparência, Brasília, DF: 2021. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/orcamento>. Acesso em: 20 out. 2021

CLOSS, Thaisa Teixeira. *Fundamentos do Serviço Social tendências e perspectivas a partir da produção da área*. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

CURY, Carlos R. Jamil. *Educação e contradição*. São Paulo: Cortez, 1986.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

JACINTO, A. G.; LIMA, M. J de O. (org.). *Estratégias e problematizações no Trabalho Social*. Curitiba: CRV, 2019.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal e lógica dialética*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MARTINELLE, Maria Lucia. Notas sobre mediações: alguns elementos para sistematização da reflexão sobre o tema. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 11, n. 43, 1993.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Capital*. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. Livro I. v. I.

MARX, Karl. *Grundrisse*: Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOURA, Mariluce. *Universidades públicas realizam mais de 95% da ciência no Brasil*. In: UNIFESP. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.unifesp.br/noticias-antiores/item/3799-universidades-publicas-realizam-mais-de-95-da-ciencia-no-brasil>. Acesso em: 23 jul. 2021.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método em Marx*. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Elida. Cortes no orçamento de universidades federais poderão afetar mais de 70 mil pesquisas. In: *G1*. [S. l.], 2021. Educação. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/05/31/cortes-no-orcamento-de-universidades-federais-podera-impactar-em-mais-de-70-mil-pesquisas-relacionadas-a-pandemia.ghtml>. Acesso em: 16 out. 2021.

PONTES, Reinaldo. *Mediação e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

PRATES, Jane Cruz; BULLA, Leonia Capaverde; CARRARO, Giselle; RODRIGUES, Juliana; TONÓN, Eduardo B. A contribuição dos Grupos e Núcleos de pesquisa para a formação em Serviço Social: uma experiência de articulação entre Graduação e Pós-Graduação. *Revista Plaza Publica*, Tandil, n. 7, v. 4, p. 173-183, jul. 2012.

PRATES, Jane Cruz. Crise do capital, pandemia e (des) proteção social. *In*: ANDRADE, R. F.; PINHEIRO, H. A.; VALLINA, K. A. (org.). *Campo minado*: as investidas do capital contra a Seguridade Social Brasileira. São Paulo: Alexa Cultural; Manaus: EDUA, 2020. Prefácio.

PRATES, Jane Cruz. *Gestão estratégica de instituições sociais*: O método marxiano como mediação do projeto político. 1995. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

PRATES, Jane Cruz. A pesquisa e a extensão no processo de ensino-aprendizagem da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 1-8, jan./jul. 2017.

Jane Cruz Prates

Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGSS/PUCRS), em Porto Alegre, RS, Brasil. Professora e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre, RS, Brasil. Editora da revista *Textos & Contextos* (Porto Alegre).

Endereço para correspondência

Jane Cruz Prates

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Av. Ipiranga, 6681, prédio 8, sala 402.7

Partenon, 90619900

Porto Alegre, RS, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação da autora antes da publicação.